



XVII Semana do Administrador do Sudoeste da Bahia ISSN: 2358-6397

O Administrador da Contemporaneidade: desafios e perspectivas

A trajetória institucional da política pública voltada aos arranjos produtivos locais do Estado da Bahia

Autoria: Tâmara Nunes de Sá¹, Murilo Barreto Santana² e Andressa de Sousa Santos Ferreira³

1 UESC, E-mail: tamaradesa01@gmail.com

2 UESC, E-mail: muriloadm@hotmail.com.

3 UESC, E-mail: andressa.ferreiras@hotmail.com

Introdução

O papel do Estado para com a sociedade sofreu inúmeras transformações ao longo do tempo.

O que antes poderia resumir-se apenas na segurança pública, hoje, com o desenvolvimento da democracia, passou a compreender responsabilidades muito mais diversificadas, tais como economia, saúde, educação e meio ambiente. No campo econômico e social, o Estado identificou nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs) alternativas para o desenvolvimento de regiões e saneamento de falhas existentes no mercado. Antes observadas apenas individualmente, as MPEs passaram a ter enfoque em forma de aglomerações e observadas a partir dos possíveis benefícios gerados através do trabalho coletivo dessas empresas. Por isso, as cadeias produtivas geograficamente concentradas passam a ter uma maior atenção do estado, a exemplo do apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Para a identificação dos problemas sociais e as soluções dos mesmos, o governo utiliza das Políticas Públicas. Essas Políticas Públicas representam, segundo Secchi (2010), um conjunto de ações e decisões autorizadas ou sancionadas por atores governamentais (sejam eles federais, estaduais ou municipais), juntamente com instituições parceiras e a iniciativa privada, com a intenção de responder a um problema público. As principais ações do governo federal e estadual voltadas aos APLs são estruturadas a fim de promover e fortalecer as atividades cooperativas entre os organismos diretamente envolvidos nesses arranjos.

A cooperação nos APLs acontece, em especial, por meio do aporte institucional fornecido. Realiza-se principalmente por meio de dois mecanismos fundamentais, a governança e o capital social: a primeira pressupõe o envolvimento de diferentes atores sociais no desenvolvimento de elaboração de propostas e de execução de ações, por isso é fundamental a presença do Estado e de instituições parceiras na realidade dessas APLs; a segunda está relacionada à capacidade de interação entre os indivíduos do grupo, refere-se às redes, normas, sistemas, cadeias de relações sociais e confiança que contribuem para maximizar a eficiência das atividades coletivas e das políticas públicas, além de facilitar as ações compartilhadas.

Propõe-se então, a partir desse estudo, traçar o histórico da política pública voltada aos APLs do estado da Bahia, desde o seu surgimento até os desafios enfrentados nos dias de hoje. Enfatizando-se as relações institucionais como agentes fundamentais nos eventos políticos, principalmente quando diz respeito à cooperação e à potencialização econômica dos APLs. A metodologia utilizada para a coleta de dados foram pesquisas bibliográfica e documental, de caráter exploratório, através de estudos e análises em artigos científicos, sites, livros e revistas.

Marco Teórico

O papel do Estado para com a sociedade sofreu inúmeras transformações ao longo do tempo.

O que antes poderia resumir-se apenas na segurança pública, hoje, com o desenvolvimento da democracia, passou a compreender responsabilidades muito mais diversificadas, tais como economia, saúde, educação e meio ambiente. No campo econômico e social, o Estado identificou nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs) alternativas para o desenvolvimento de regiões e saneamento de falhas existentes no mercado. Antes observadas apenas individualmente, as MPEs passaram a ter enfoque em forma de aglomerações e observadas a partir dos possíveis benefícios gerados através do trabalho coletivo dessas empresas. Por isso, as cadeias produtivas geograficamente concentradas passam a ter uma maior atenção do estado, a exemplo do apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Para a identificação dos problemas sociais e as soluções dos mesmos, o governo utiliza das Políticas Públicas. Essas Políticas Públicas representam, segundo Secchi (2010), um conjunto de ações e decisões autorizadas ou sancionadas por atores governamentais (sejam eles federais, estaduais ou municipais), juntamente com instituições parceiras e a iniciativa privada, com a intenção de responder a um problema público. As principais ações do governo federal e estadual voltadas aos APLs são estruturadas a fim de promover e fortalecer as atividades cooperativas entre os organismos diretamente envolvidos nesses arranjos.

A cooperação nos APLs acontece, em especial, por meio do aporte institucional fornecido. Realiza-se principalmente por meio de dois mecanismos fundamentais, a governança e o capital social: a primeira pressupõe o envolvimento de diferentes atores sociais no desenvolvimento de elaboração de propostas e de execução de ações, por isso é fundamental a presença do Estado e de instituições parceiras na realidade dessas APLs; a segunda está relacionada à capacidade de interação entre os indivíduos do grupo, refere-se às redes, normas, sistemas, cadeias de relações sociais e confiança que contribuem para maximizar a eficiência das atividades coletivas e das políticas públicas, além de facilitar as ações compartilhadas.

Propõe-se então, a partir desse estudo, traçar o histórico da política pública voltada aos APLs do estado da Bahia, desde o seu surgimento até os desafios enfrentados nos dias de hoje. Enfatizando-se as relações institucionais como agentes fundamentais nos eventos políticos, principalmente quando diz respeito à cooperação e à potencialização econômica dos APLs. A metodologia utilizada para a coleta de dados foram pesquisas bibliográfica e documental, de caráter exploratório, através de estudos e análises em artigos científicos, sites, livros e revistas.

Resultados

O processo institucional dos APLs da Bahia foi inicialmente estruturado em 2003, com a criação da rede de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Estado da Bahia (RedeAPL), sob a coordenação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI). Para atingir os objetivos estabelecidos, a SECTI firmou parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Sebrae e assim foi criado o Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial, o Projeto BID (mais conhecido atualmente como o Programa Progredir). Tal iniciativa surge como forma de promover a competitividade e a sustentabilidade da economia baiana por meio do fortalecimento e cooperação dos empresários. A antiga estrutura institucional do Programa Progredir é apresentada a seguir:

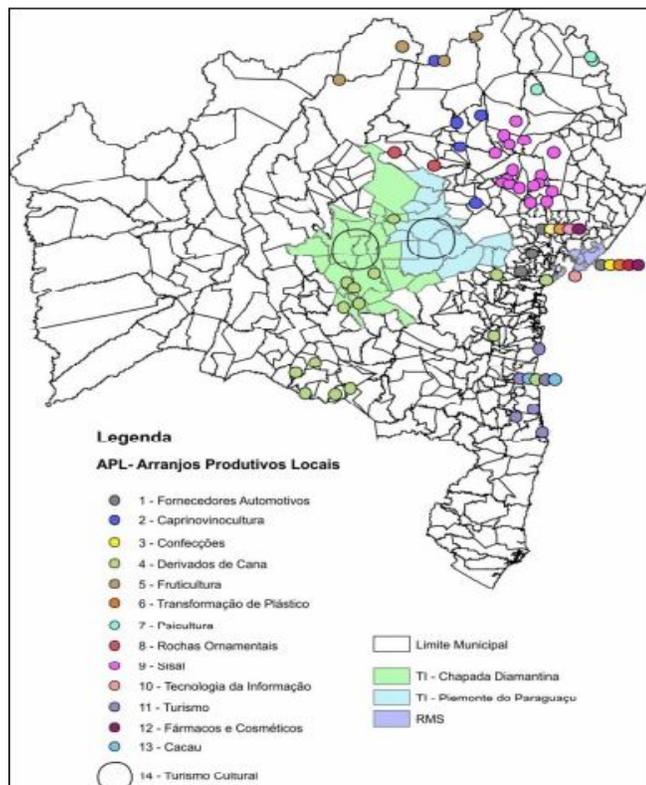
FIGURA 1 - Estrutura Institucional da RedeAPL



Fonte: http://internotes.fieb.org.br/rede_apl/rede%20baiana%20de%20apl.htm

Com o passar do tempo, houveram algumas mudanças na composição institucional responsável pelas políticas públicas voltadas aos APLs. Através de orientações propostas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) instituiu-se através do Decreto Estadual (Decreto N° 10.431 de 24/08/2007), o Núcleo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais da Bahia (NE-APLs/BA), onde a coordenadoria passou para a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM). A NE-APLs/BA abrange mais outros três APLs, totalizando 14 arranjos produtivos. Os três APLs são: APL de cacau, em Ilhéus/Itabuna, APL de fármacos e cosméticos, na RMS e Feira de Santana, e o APL de turismo cultural, na Chapada Diamantina. Apesar disso, esses três arranjos que constam na lista, não possuem na verdade apoio algum, segundo a SICM, estes foram selecionados para serem objetos de apoio apenas por conta do potencial socioeconômico que apresentam.

FIGURA 2 – Lista de APLs identificados na Bahia



Fonte: BNDES (2011).

A rede de aglomerados da Bahia abrangia 11 APLs previamente mapeadas pelo governo, em uma área que engloba cerca de 60 municípios, situados em 14 territórios de identidade (SECTI, 2005). Os onze APLs escolhidos são: Tecnologia da Informação (Região Metropolitana de Salvador), Transformação plástica (RMS), Confeccões (RMS e Feira de Santana), Fruticultura (Juazeiro e Vale do São Francisco), Cadeia de Fornecedores automotivos (RMS, Feira de Santana e Recôncavo), Turismo (Zona do Cacau), Piscicultura (Paulo Afonso), Derivados da cana-de-açúcar (Chapada Diamantina), Caprinovinocultura (Senhor do Bonfim e Juazeiro), Rochas Ornamentais (Ourolândia, Jacobina e Lauro de Freitas) e Sisal (Serrinha, Valente e outros municípios da região sisaleira do Estado).

Esta rede tinha como principais objetivos: i) desenvolver estudos e pesquisas para a identificação dos APLs potenciais, em estruturação e já consolidados; ii) promover uma maior articulação entre os diversos atores que realizassem ações em APLs; iii) desenvolver ações conjuntas que garantissem “foco” e resolutividade na seleção e nas ações de suporte aos APLs; iv) alavancar maior volume de recursos; e v) garantir um ambiente favorável à implantação e consolidação dos APLs baianos (BNDES, 2011).

Desde a fase da escolha das aglomerações prioritárias e da estruturação da política, o governo baiano deu relativa importância à cooperação (capital social e governança) dos agentes apoiados. Nesse sentido, visou-se construir um aparato institucional e articular instituições como forma de promover o trabalho coletivo e cooperado. Identificou-se a interação insatisfatória entre as empresas participantes dos APLs e a necessidade de articular as instituições. Foi então que o Programa Progredir foi criado, a fim de proporcionar uma maior interação entre os aglomerados locais, estimulou a competitividade, consolidou uma estrutura institucional e ajudou na diminuição das desigualdades regionais.

Considerações Finais

A partir do referente estudo, evidencia-se o papel fundamental das instituições no que diz respeito às estratégias voltadas à promoção do desenvolvimento socioeconômico no ambiente protagonizado pela Rede de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais. Elas vão entrar como organismos decisórios para elaboração de novos projetos; coordenação, acompanhamento e avaliação dos resultados do trabalho da Rede; orientar a gestão de recursos destinados aos APLs; apoiar e participar dos treinamentos técnicos e do desenvolvimento intelectual dos arranjos; e para as tomadas de decisão em geral.

Referências Bibliográficas

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste**. S.l, [. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Sintese_BA.pdf>. Acesso em: 19 set. 2014.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA BAHIA. **Uma visão da Política de APLs no estado da Bahia**. Bahia, 2006. Disponível em: <http://desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1198691568.pdf>. Acesso em: 23 set. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

LOIOLA, Elizabeth; RIBEIRO, Maria Tereza Franco. Políticas de Desenvolvimento de APLs: uma reflexão a partir da experiência da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, v. 14, n. 26, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/2433/1773>>. Acesso em: 19 set. 2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Minas Gerais, 2008. Disponível em:



XVII Semana do Administrador do Sudoeste da Bahia ISSN: 2358-6397

O Administrador da Contemporaneidade: desafios e perspectivas

<<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICA%20P%20C3%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2014.